

Capital S/A

SAMANTA SALLUM
samantasallum.df@cbnet.com.br



“O pessimista vê dificuldade em cada oportunidade; o otimista vê oportunidade em cada dificuldade”
Winston Churchill



Assista à playlist da Capital S/A no Youtube

Divulgação



Comércio e indústria nacionais avançam em relatório da taxa das blusinhas

O relatório final da comissão mista do Congresso que analisa a MP da taxa das blusinhas determina a adoção de mecanismos destinados à identificação de subfaturamento, fracionamento artificial de remessas e ocultação de remetentes, além de exigir maior cooperação com a Receita Federal. O fortalecimento da fiscalização e da responsabilização das plataformas de comércio eletrônico e dos operadores logísticos também foi enfatizado. Esses pontos foram considerados pelo comércio e pela indústria nacionais importantes avanços incorporados ao relatório.

Canais de denúncia

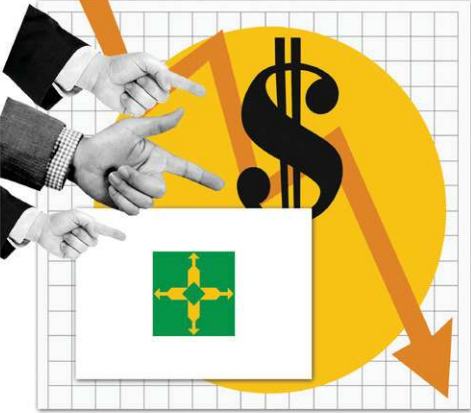
Também foram incluídas medidas para ampliar a transparência e o combate à comercialização de produtos ilegais. As plataformas deverão verificar dados cadastrais dos vendedores, disponibilizar canais de denúncia, retirar ofertas irregulares e suspender infratores, bem como apresentar relatórios periódicos às autoridades competentes. O descumprimento das regras poderá resultar em advertências, multas e outras sanções.

Monitoramento de concorrência desleal

O Ministério da Fazenda ficará responsável por monitorar os efeitos da medida no emprego, renda, arrecadação, preços e competitividade, com acompanhamento específico de setores mais sensíveis à concorrência internacional, como têxteis e vestuário, calçados, acessórios, brinquedos e cosméticos. O Congresso Nacional também deverá realizar avaliações anuais do regime.

Projeto orçamentário do DF para 2027 terá de ser modificado devido a mudanças no Fundo Constitucional

O Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) do Distrito Federal já estava pronto para ser encaminhado pelo GDF à Câmara Legislativa, para começar a ser apreciado em setembro, com votação até o início de dezembro. No entanto, o efeito surpresa, com a sanção da lei federal que impõe novo limite de reajuste do Fundo Constitucional, vai obrigar os técnicos da Secretaria de Economia a recalcular o orçamento para 2027. A Subsecretaria do Tesouro está concentrada para dimensionar o real impacto que a mudança provocará nos cofres públicos locais. Há sinais de que o resultado seja maior do que a estimativa inicial de menos R\$ 1,8 bi.



Distribuição do orçamento do DF pela Lei de Diretrizes Orçamentárias

O orçamento do Distrito Federal para 2027 está estimado em R\$ 74,97 bilhões. No entanto, com a mudança no FCDF, esse cenário vai mudar.

- Desse total, R\$ 45,45 bilhões correspondem à receita própria do DF, enquanto R\$ 29,52 bilhões são oriundos do Fundo Constitucional do DF.
- Os recursos do fundo serão destinados à segurança pública (R\$ 15,46 bilhões), à saúde (R\$ 8,52 bilhões) e à educação (R\$ 5,53 bilhões).

Silêncio do governo federal preocupa GDF e oposição

Marcelo Ferreira CB/DA Press



Diogo Zacarias/Ministério da Fazenda



Carlos Vieira CB/DA Press.



Em meio a este cenário, cresce a tensão entre os governos local e federal. Somando-se à situação do BRB, em que o Ministério da Fazenda não teria se empenhado, como acordado no STE, para colaborar na liberação de empréstimo do setor privado ao GDF, a nova situação agora com o FCDF deixou o processo eleitoral na capital ainda mais sensível. A atual governadora Celina Leão tenta conversas com o ministro Dario Durigan sem receptividade. Ao mesmo tempo, o candidato de oposição, Leandro Grass, do PT, também busca um aceno do governo Lula para que o ajude a esclarecer à população que não há uma perseguição da área federal com Brasília.

Cristiano Costa/ Fecomércio-DF



Setor produtivo do DF promove sabatina com candidatos ao Buriti

Será realizada hoje a segunda e última rodada do evento Diálogos com o Setor Produtivo. A iniciativa é conjunta entre CDL, Fecomércio, Fibra, Fape, Sebrae, Fenatac e Faci-DF. Será a vez dos candidatos Celina Leão (PP), Ricardo Cappelli (PSB) e Kiko Caputo (Novo) responderem a perguntas dos representantes de sete segmentos econômicos da capital federal. As entidades entregaram, cada uma, um documento com as respectivas propostas ao programa de governo dos candidatos. A primeira etapa ocorreu na segunda-feira na sede da CDL-DF. Hoje acontece na sede da Fecomércio, a partir das 14h.

Setor de telecomunicações propõe a presidenciáveis Ministério da Digitalização

A Conexis Brasil Digital, entidade que reúne as principais empresas de telecomunicações do país, estima que o avanço da digitalização no Brasil pode acrescentar até R\$ 1,3 trilhão à economia nacional. O setor propôs às campanhas presidenciais mudanças na estrutura de governança do setor digital, com o objetivo de reduzir a fragmentação institucional e modernizar o ambiente regulatório. Uma das sugestões é ampliar a atuação do Ministério das Comunicações e transformá-lo em um Ministério da Digitalização, responsável pela coordenação das políticas públicas relacionadas ao tema.

Governança coordenada

“Hoje, as políticas digitais estão distribuídas entre diferentes órgãos e regras. Uma governança mais coordenada pode reduzir sobreposições, acelerar decisões e dar mais segurança para quem investe”, afirma Marcos Ferrari, presidente-executivo da Conexis Brasil Digital.



TeleBrasil/Divulgação



O pedido de registro da candidatura do ex-governador será apreciado hoje pela Justiça. Expectativa na campanha é de derrota e a estratégia é apostar em recurso ao TSE

Dia decisivo para Arruda

» ANA MARIA CAMPOS

O Tribunal Regional Eleitoral (TRE-DF) marcou para hoje o julgamento do requerimento do registro da candidatura de José Roberto Arruda ao Governo do Distrito Federal. O plenário da Corte vai decidir se o ex-governador, que está fora de disputas eleitorais há 16 anos, poderá concorrer ao pleito em 4 de outubro. Na campanha de Arruda, o sentimento é de que o resultado já está definido pela Justiça. “A expectativa é a pior possível. Já era”,

disse Arruda ao **Correio**.

Em 2006, Arruda foi eleito governador no primeiro turno, mas a Operação Caixa de Pandora mudou os rumos da administração. Em 2010, ele teve o mandato cassado por infidelidade partidária pelo TRE-DF por ter se desfilado de sua legenda à época, o Democratas (DEM). Desde então, nunca mais conseguiu disputar eleições. Em 2014, chegou a registrar a candidatura ao GDF, mas uma condenação pela Operação Caixa de Pandora, por improbidade administrativa pelo TJDF, o tirou da disputa.

Minervino Júnior/CB/D.A.Press



A defesa de Arruda alega que a situação está totalmente enquadrada nas novas regras de inelegibilidade

Arruda saiu do páreo e lançou o vice, Jofran Frejat, com Flávia Arruda de vice. Rodrigo Rollemberg (PSB) acabou vencendo a eleição.

Com a nova lei de inelegibilidades, aprovada no ano passado pelo Congresso e sancionada pelo

presidente Lula, Arruda retomou o ânimo para disputar eleições. É que a Lei nº 219/2025 estabelece que o prazo máximo de inelegibilidade é de 12 anos, quando há mais de uma condenação, desde que os processos tenham conexão, ou

seja, se refiram aos mesmos fatos. O ex-governador sofreu a primeira condenação em 2014 e, na lógica da conexão, estaria em condições de concorrer neste ano.

Mas a grande controvérsia é a interpretação da conexão entre

as condenações. Arruda tem outras seis condenações, além da ocorrida em 2014, e a depender do entendimento do TRE-DF, ele pode estar inelegível até 2030, ou mesmo 2034, como sustenta o procurador regional eleitoral do DF, Francisco Guilherme Vollstedt Bastos.

Alternativas

A defesa de Arruda alega que a situação dele está totalmente enquadrada nas novas regras de inelegibilidade porque as seis condenações do ex-governador são decorrentes da Operação Caixa de Pandora e, portanto, teriam conexão. “Todos os processos tramitaram na mesma vara por prevenção. Chegamos a pedir que fossem distribuir a outras varas, mas houve o entendimento da Justiça de que havia conexão”, afirma Arruda.

Caso o registro da candidatura seja negado, como recomenda o Ministério Público Eleitoral, Arruda poderá recorrer ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) — e é o que pretende fazer. Assim que o recurso for admitido, passa a exercer efeito suspensivo em relação a uma eventual decisão desfavorável no TRE-DF e ele poderá continuar em campanha até uma decisão final. O ex-governador pode ainda tentar acionar o Supremo Tribunal Federal (STF). Tudo isso em um prazo de 30 dias até a votação.

Obituário/ Sepultamentos realizados em 2 de setembro de 2026

» Campo da Esperança

Adelina Braz da Silva, 81 anos
Avanilda Mendes Viana, 79 anos
Eurípedes Cardoso Bessa, 87 anos
Francisco de Sousa Santos, 69 anos
Geraldo Barbosa da Silva, 63 anos
Guilherme Lobo, 4 anos
Ivone Maia Souza, 77 anos
José Mário Moreira, 70 anos
Luís Antônio Almeida, 62 anos
Luiz Antônio de Almeida e Silva, 63 anos
Maria dos Anjos Setubal, 61 anos

Maria Helena Otoni de Lima, 80 anos
Nélio Carlos de Araújo Santos, 74 anos
Norma de Souza Carvalho e Silva, 68 anos
Núbia Maria Cavalcante, 89 anos
Péricles Rodrigo Gomes Aguiar, 24 anos
Vicente Setubal da Costa, menos de 1 ano
Wallace Braga Costa, 58 anos

» Taguatinga

Abimael Alves Costa, 77 anos
Carlos Henrique Nunes Silva, 48 anos
Edmilson Silva Santos, 58 anos

Francisco Albuquerque do Nascimento, 72 anos
Francisco Edmar de Lima, 64 anos
Leir Brandão David, 63 anos
Nicolas Caetano da Cruz, menos de 1 ano
Raimunda Alves de Oliveira, 62 anos
Rosi Mari Nogueira Inaba, 79 anos
Terezinha de Lima Lisboa, 62 anos

» Gama

Gemeni Luiza Tavares, 90 anos
Manoel Felipe Filho, 76 anos
Maria de Fátima Ferreira Lima, 61 anos

Maurício Fabrício da Silva, 19 anos

» Planaltina

Galdina Barbosa de Carvalho, 90 anos
Manoel Oliveira da Silva, 60 anos
Maria dos Reis Araújo Ferreira, 55 anos

» Jardim Metropolitano

Adão Cordeiro Maciel, 60 anos
Benício dos Santos Monteiro, menos de 1 ano
Eudiceia Borges dos Santos, 78 anos (cremação)
José Xavier Martins, 88 anos